

Concurso Público do Instituto Federal de Sergipe para provimento dos cargos efetivos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

LETRAS PORTUGUÊS - ESPANHOL

CADERNO DE QUESTÕES

21/07/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Legislação	01 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Papai plantou tâmaras, mas nunca as comeu.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

QUESTÃO 01

Conforme a Lei nº 8.112/90, o auxílio-reclusão será destinado, em caso de afastamento por motivo de prisão em flagrante ou preventiva,

- (A) ao detento servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (B) ao detento servidor ativo, com valor correspondente à metade da remuneração.
- (C) à família do servidor ativo, com valor correspondente a dois terços da remuneração.
- (D) à família do servidor ativo, com valor correspondente a três quartos da remuneração.

QUESTÃO 02

Conforme a Lei nº 8.112/90, consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família

- (A) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 anos de idade ou, se estudante, até 24 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (B) o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 18 anos de idade ou, se estudante, até 21 anos ou, se inválido, de qualquer idade.
- (C) o menor de 18 anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.
- (D) o menor de 21 anos que, mediante autorização administrativa, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.

RASCUNHO**QUESTÃO 03**

De acordo com a Lei nº 14.230/21, o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. Nesse sentido,

- (A) independentemente de integrar a administração direta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (B) independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (C) na hipótese de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- (D) na hipótese de integrar a administração direta, deixam de estar sujeitos às sanções dessa Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade pública cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

QUESTÃO 04

De acordo com a Lei nº 9.784/99, quando eivados de vício de legalidade, a Administração Pública deve

- (A) revogar os atos que tenham tais vícios.
- (B) bloquear os atos que tenham de vícios.
- (C) anular os atos que tenham tais vícios.
- (D) validar os atos que tenham tais vícios.

QUESTÃO 05

Segundo a Lei nº 12.527/2011, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade,

- (A) assegurar o descumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos dessa lei.
- (B) monitorar a fiscalização do disposto nessa Lei e apresentar pareceres periódicos sobre o seu cumprimento.
- (C) ordenar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas dessa lei.
- (D) orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nessa Lei e seus regulamentos.

QUESTÃO 06

De acordo com o Decreto nº 7.724/12, constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar

- (A) divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido à informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal.
- (B) retirar o sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem.
- (C) liberar a revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros.
- (D) dispor ou adicionar, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

QUESTÃO 07

De acordo com o Decreto nº 9.830/19, o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões

- (A) técnicas se agir ou se omitir com culpa, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (B) técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (C) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.
- (D) políticas se agir ou se omitir com dolo, indireto ou eventual, ou cometer erro sutil, no desempenho de suas funções.

QUESTÃO 08

De acordo com a Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se

- (A) a liberdade de manifestação de pensamento, assegurando-se o anonimato daquele que divulga informações por meios eletrônicos.
- (B) a violabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo restrito o livre exercício dos cultos religiosos.
- (C) a inviolabilidade da intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, excluindo-se o direito a indenização pelo dano material.
- (D) a liberdade da expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

QUESTÃO 09

No que tange aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, todo

- (A) brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (B) brasileiro ou estrangeiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica, garantida pelo poder privado em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (C) cidadão brasileiro em situação de miséria social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- (D) cidadão brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a emprego, garantido pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, sem as vedações da legislação fiscal e orçamentária.

QUESTÃO 10

Leia o texto a seguir.

A autoridade máxima da Constituição, reconhecida pelo constitucionalismo, vem de uma força política capaz de estabelecer e manter o vigor normativo do Texto. Essa magnitude que fundamenta a validade da Constituição, desde a Revolução Francesa.

GONET, Paulo; Mendes, Gilmar. *Curso de Direito Constitucional*. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 156.

Essa é conhecida com o nome de poder

- (A) constitucional de reforma.
- (B) constitucional de revisão.
- (C) constituinte originário.
- (D) constituinte derivado.

QUESTÃO 11

Conforme a Constituição Federal de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para

- (A) os brasileiros analfabetos funcionais.
- (B) os cidadãos maiores de setenta anos.
- (C) os brasileiros maiores de vinte e um anos.
- (D) os cidadãos menores de dezesseis anos.

QUESTÃO 12

A Comissão de Ética Pública atua como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado. Em matéria de ética pública, a Comissão de Ética Pública, do Governo Federal, é composta de

- (A) 5 representantes.
- (B) 6 representantes.
- (C) 7 representantes.
- (D) 8 representantes.

QUESTÃO 13

De acordo com a doutrina e com as normas constitucionais, é um princípio implícito do direito administrativo o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) moralidade.
- (C) eficiência.
- (D) autotutela.

QUESTÃO 14

De acordo com a teoria dos elementos dos atos administrativos, tipicidade é

- (A) o estabelecimento normativo, por lei, do poder de ação do agente dentro do qual podem os agentes exercer legitimamente sua atividade.
- (B) a autoridade hierarquicamente superior que atrai para sua esfera a prática de ato da competência natural.
- (C) a vontade emanada por agente público que estabelece as prioridades na gestão da esfera pública.
- (D) o interesse público preponderante para a escolha das prioridades administrativa da gestão pública.

QUESTÃO 15

Leia o texto a seguir.

Um servidor requer suas férias para determinado mês, pode o chefe da repartição indeferi-las sem deixar expresso no ato o motivo; se, todavia, indefere o pedido sob a alegação de que há falta de pessoal na repartição, e o interessado prova que, ao contrário, há excesso, o ato estará viciado no motivo.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 28ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 119.

O doutrinador supracitado está se referindo à teoria

- (A) da primazia do interesse público.
- (B) das nulidades administrativas.
- (C) dos motivos determinantes.
- (D) da norma fundamental.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Leia o caso a seguir.

Imagine que uma universidade pública, chamada Universidade X, recebeu uma verba federal destinada à melhoria dos laboratórios de pesquisa de suas faculdades de ciências exatas. Essa verba foi claramente definida em um decreto federal, especificando que deve ser utilizada exclusivamente para a compra de equipamentos de pesquisa e a renovação dos espaços laboratoriais dessas faculdades. O reitor da Universidade X, ao receber essa verba, decide utilizá-la para construir um complexo esportivo universitário. Sua justificativa é que o complexo esportivo trará benefícios à saúde e ao bem-estar dos estudantes, além de atrair novos alunos, aumentando assim a verba da universidade, que poderá, eventualmente, ser aplicada na melhoria dos laboratórios.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O ato administrativo do reitor de utilizar a verba destinada aos laboratórios para construir um complexo esportivo caracteriza uma hipótese de aplicação da anulação de ato, por ser um caso de

- (A) vício de forma.
- (B) incompetência.
- (C) ilegalidade do objeto.
- (D) desvio de finalidade.

QUESTÃO 17

Analise o caso a seguir.

O reitor da Universidade Federal Y deseja delegar a um dos pró-reitores a responsabilidade de gerir todos os contratos de prestação de serviços de limpeza e segurança no *campus*. No entanto, essa delegação precisa garantir que não haja usurpação de funções e que todas as atribuições estejam devidamente legalizadas e publicadas.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no caso apresentado, qual conceito do Direito Administrativo se refere ao conjunto de atribuições das pessoas jurídicas, órgãos e agentes, estabelecidas pelo direito positivo?

- (A) Jurisdição.
- (B) Vinculação.
- (C) Competência.
- (D) Poder de polícia.

QUESTÃO 18

Pode ser objeto de delegação em um órgão público federal

- (A) a administração financeira.
- (B) a edição de atos de caráter normativo.
- (C) a decisão de recursos administrativos.
- (D) as matérias de competência restrita do órgão ou autoridade.

QUESTÃO 19

Para a configuração do ato de improbidade administrativa se exige

- (A) a omissão.
- (B) o ato doloso.
- (C) a conduta culposa.
- (D) a existência do dano.

QUESTÃO 20

Veja o caso a seguir.

Uma pessoa foi aprovada em um concurso público para o cargo de professor universitário em uma universidade federal. Após ser nomeada e tomar posse, ela foi informada que seu regime de trabalho é estatutário, conforme estabelecido pela legislação federal. Durante sua posse, a pessoa sugeriu algumas modificações no seu regime de trabalho, como horários flexíveis e benefícios adicionais, propostas que foram inicialmente aceitas pela administração.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Com base no regime jurídico dos servidores públicos e nas normas de ordem pública, qual é o desfecho juridicamente adequado para o caso acima?

- (A) As modificações sugeridas podem ser implementadas, desde que haja acordo entre a pessoa e a administração.
- (B) A administração pode aceitar as sugestões da pessoa desde que estas respeitem diretamente a legislação federal.
- (C) A pessoa está impedida de modificar seu regime de trabalho porque seu contrato individual de trabalho, regido pela legislação trabalhista, proíbe flexibilizar as regras.
- (D) As normas do regime estatutário são cogentes e são impedidas de serem modificadas por acordo entre a pessoa e a administração, mesmo com a concordância de ambas as partes.

QUESTÃO 21

Os Institutos Federais, pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no desenvolvimento de suas ações acadêmicas, em cada exercício, deverão garantir metade de suas vagas para atenderem o objetivo de ministrar

- (A) em nível de educação superior cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- (B) educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.
- (C) cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
- (D) em nível de educação superior cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

QUESTÃO 22

É um critério que pode ser considerado na avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório:

- (A) a avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da IFE.
- (B) a avaliação periódica da aptidão física dos docentes, incluindo testes de resistência, força, flexibilidade e saúde geral.
- (C) a avaliação da capacidade administrativa e de gestão dos docentes, incluindo a gestão de projetos, orçamentos e equipes.
- (D) a avaliação na participação e liderança em atividades extracurriculares, como clubes, eventos culturais ou esportivos organizados pela universidade.

QUESTÃO 23

No âmbito da educação profissional e tecnológica, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o percurso formativo estruturado de forma a permitir o aproveitamento incremental de experiências, certificações e conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória individual do estudante é chamado de

- (A) exame supletivo.
- (B) formação contínua.
- (C) itinerário contínuo.
- (D) aprendizagem profissional.

QUESTÃO 24

Leia o texto a seguir.

Segundo o último relatório de monitoramento da lei [Plano Nacional da Educação], feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, o investimento brasileiro em educação chegava a 5,5% do PIB, e o investimento público em educação pública, a 5% do PIB, "bem distantes das metas estabelecidas no PNE. Esses resultados apontam para uma grande dificuldade dos entes em aumentar o orçamento destinado à educação", diz o texto do Inep.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-09/brasil-investe-menos-em-educacao-que-paises-da-ocde>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

O relatório do Inep demonstra a dificuldade do Brasil de conquistar a meta nº 20 do Plano Nacional da Educação (PNE), atualmente em vigor. Qual é a meta de ampliação do investimento público em educação pública, em porcentagem, equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no final do decênio de vigência da lei que institui o PNE?

- (A) 8%.
- (B) 10%.
- (C) 12%.
- (D) 14%.

QUESTÃO 25

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é possível haver a certificação profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento ou conclusão dos estudos, por meio do reconhecimento dos saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho mediante

- (A) exame de proficiência.
- (B) certificação de experiência anterior.
- (C) programa de aprendizagem baseada no trabalho.
- (D) avaliação e reconhecimento de saberes e competências.

QUESTÃO 26

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), interstício 2020-2024, classifica o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) como uma instituição pluricurricular. Esse atributo diz respeito

- (A) à diversidade de ofertas de currículos.
- (B) às atividades adicionais que complementam o currículo principal.
- (C) às atividades ou cursos que estão fora do currículo escolar oficial e são opcionais.
- (D) à integração e à interação entre diferentes disciplinas para abordar um problema de forma conjunta.

QUESTÃO 27

Leia o caso a seguir.

J. é um servidor público federal que, após uma investigação pela Comissão de Ética de sua instituição, foi considerado culpado por uma conduta inapropriada no ambiente de trabalho. A comissão elaborou um parecer detalhado sobre o caso, no qual todos os integrantes da comissão assinaram, fundamentando a decisão de aplicar a penalidade cabível.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Tendo como base o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, qual tipo de penalidade poderá ser aplicada a J.?

- (A) Multa.
- (B) Censura.
- (C) Suspensão.
- (D) Advertência.

QUESTÃO 28

Qual é o princípio constitucional da administração pública que quando exercido estará diretamente ligado ao fortalecimento do controle social?

- (A) Boa-fé.
- (B) Eficiência.
- (C) Publicidade.
- (D) Impessoalidade.

QUESTÃO 29

A especialidade das atividades de educação desenvolvidas, a criação por lei, a capacidade de autoadministração e a sujeição à tutela do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) são características que o classificam como uma

- (A) agência.
- (B) autarquia.
- (C) fundação.
- (D) paraestatal.

QUESTÃO 30

A divisão da responsabilidade com a educação no Brasil, que se reparte entre Municípios, Estados e União, é um exemplo de política pública

- (A) regulatória.
- (B) distributiva.
- (C) constitutiva.
- (D) redistributiva.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Leia o texto a seguir.

La literatura en la clase de español para extranjeros

Dejo, pues, estos y otros temas y me conformo por hoy con resumir mis conclusiones:

1. La literatura debe estar presente en la clase de español para extranjeros en todos sus niveles. Es conveniente y provechoso para el proceso de aprendizaje de la lengua y para la asimilación de la cultura.
2. Los textos han de ser modelos de lengua actual, sin arcaísmos, sin complejidades sintácticas inusuales, con un vocabulario común y propio del habla cotidiana. Esta premisa nos obliga y autoriza a adaptar levemente las obras de otras épocas.
3. Poesía lírica, canciones, literatura oral, relatos clásicos y vanguardistas, cuentos y novelas de hoy nos ofrecen textos adecuados para atender las necesidades de todo tipo de los alumnos. Basta elegirlos con tino.

PEDRAZA JIMÉNEZ, Felipe B. La literatura en la clase de español para extranjeros. In: CELIS, Ángela; HEREDIA, José Ramón (Org.). Actas del VII Congreso de ASELE: Lengua y cultura en la enseñanza del español a extranjeros. Almagro, 1996. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1998. p. 59-66. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=892286>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

O texto acima foi apresentado no final do século XX por um professor da Universidad de Castilla-La Mancha (Espanha). Esse docente, com base na sua experiência, acreditava na pertinência da presença da literatura nas aulas de espanhol como língua estrangeira a fim de desenvolver componentes culturais e recomendava selecionar textos que

- (A) servissem para fazer práticas de tradução.
- (B) mostrassem a evolução do castelhano.
- (C) refletissem o uso atual da língua.
- (D) pudessem ser teatralizados.

QUESTÃO 32

Leia o texto a seguir.

¿Para qué sirve la literatura en una clase de español?

Para finalizar, debemos afirmar que entendemos y acordamos con que el aspecto cultural es una parte fundamental de las clases de español como lengua extranjera. Sabemos que, en un sentido amplio, es más que un adorno en la enseñanza y en el aprendizaje de un idioma, porque La cultura es el contexto en el que se producen, descodifican e interpretan los mensajes; la cultura es el destino y el origen de los enunciados de una lengua no nativa indescifrable para aquellos que no posean un conocimiento suficiente de las claves culturales de esa lengua que se pretende utilizar para comprar billetes de tren, para leer una novela o para resolver un conflicto entre individuos provenientes de ámbitos geográficos, políticos, religiosos y económicos, antitéticos y, a veces, incluso antagónicos (Marta Sanz Pastor, 2006: 350). Por esto mismo no negamos la importancia de la cultura en la enseñanza de español como segunda lengua, pero sí creemos que se sobrestima la importancia de la literatura como texto portador de la misma porque no consideramos que sea ni el único lugar ni el privilegiado para transmitir lo cultural. Las canciones, los artículos periodísticos, las películas, entre otros textos, también son portadores de un acervo cultural sumamente rico y muchas veces tienen la ventaja de ser más accesibles que el discurso literario.

CASTRO, Mariana Elisa; CONTRERAS, María de los Angeles. ¿Para qué sirve la literatura en una clase de español? In: II Congreso Internacional de Literatura y Cultura Españolas Contemporáneas. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Centro de Estudios de Teoría y Crítica Literaria, 2011. Disponível em: <<https://www.aacademica.org/000-042/68>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

As pesquisadoras Castro e Contreras visaram a responder à pergunta que intitulou a sua comunicação: “¿Para qué sirve la literatura en una clase de español?”. Nas conclusões apontaram, mediante uma citação, que a cultura faz parte do código que permite a compreensão das mensagens e que, em relação ao ensino da cultura nas aulas de língua estrangeira, a literatura

- (A) está sobrestimada.
- (B) predomina pela facilidade de acesso.
- (C) avanta outras manifestações culturais.
- (D) contém o principal acervo de elementos identitários.

Leia o Texto 1 para responder às questões 33 e 34.

Texto 1

Enseñanza del español lengua extranjera a través de la literatura

Justificación

Los textos literarios son documentos auténticos en los que se encuentra una gran variedad de géneros (poesía, cuento corto, teatro, narraciones, leyendas, novelas, etc.), y en este artículo se partirá de ejemplos que ilustren la manera de utilizarlos en el aula de ELE. Un elemento adicional que brinda soporte al uso de textos literarios es el apoyo auditivo. Debido a que las narraciones en audio proporcionan herramientas comunicativas que los textos escritos no poseen, como son la entonación, el énfasis de la voz en una palabra o frase, el tono jocoso, irónico, alegre, las pausas, los silencios y hasta el acento del hablante. El enfoque comunicativo considera las muestras literarias como documentos auténticos y, por consiguiente, útiles para la enseñanza y aprendizaje de la lengua en que fueron escritos. El Marco Común Europeo de Referencia para las Lenguas (en lo sucesivo MCER) afirma que “los estudios literarios cumplen muchos más fines educativos, intelectuales, morales, emocionales, lingüísticos y culturales que los puramente estéticos” (p. 60). Según Albaladejo (2004), la literatura, además de expresión artística, se constituye en una excelente fuente de información cultural que familiariza a los estudiantes con un ambiente sociocultural que les es desconocido, y por consiguiente, los ejercicios que se lleven al aula de español como lengua extranjera, que tengan como base un texto literario, deben incluir actividades para aprovechar el componente cultural que le da la esencia y el valor a dicho texto. De no ser así, ¿cuál sería la diferencia entre llevar un poema o un ejercicio de rellenar espacios? Si nos enfocamos únicamente en lo gramatical o estructural, la segunda opción sería más provechosa.

CARDONA, A. Enseñanza del español lengua extranjera a través de la literatura. *Diálogos Latinoamericanos*, [S. l.], v. 15, n. 22, p. 24, 2014. DOI: 10.7146/dl.v15i22.113141. Disponível em: <<https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113141>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

QUESTÃO 33

Por meio de uma justificativa, Aurora Cardona iniciou o seu artigo sobre o uso da literatura na sala de aula de Espanhol como Língua Estrangeira. Ela refere-se ao suporte auditivo como um elemento adicional e pondera que os

- (A) áudios fornecem ferramentas comunicativas válidas.
- (B) audiobooks acabarão por substituir as edições impressas.
- (C) vocábulos ou frases com ambiguidades ficam aclarados nos áudios.
- (D) tons das narrativas são adaptados ao sotaque do discente nas gravações.

QUESTÃO 34

Aurora Cardona, citando María Dolores Albaladejo García e o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, destacou o valor do texto literário para o ensino e a aprendizagem da língua estrangeira. A autora, assim, frisa que, utilizando a literatura, além de focar gramática e estruturas, pode-se transmitir

- (A) o gosto pela docência.
- (B) os ambientes socioculturais.
- (C) a necessidade da renovação estética.
- (D) as informações sobre a pedagogia afetiva.

Leia o Texto 2 para responder às questões 35 e 36.

Texto 2

As abordagens-metodológicas de ensino de língua estrangeira no aplicativo Duolingo

Consideramos que ambas – a gramática-tradução (GT) e o método audiolingual – funcionam integradamente e não se anulam. Ainda assim, não identificamos outros quatro atributos da GT no Duolingo, a saber: (1) listas para memorização de léxicos, declinações e conjugações; (2) foco apenas nas habilidades de leitura e escrita; (3) ensino da literatura clássica da LE; (4) técnica pedagógica da dedução.

Muitos princípios do audiolingualismo estão presentes no Duolingo, mas há alguns que não foram observados, são eles: (I) uso somente da L-alvo, já que o aplicativo apresenta muito a LM; (II) ensino com contextualização em diálogos, pois as atividades são descontextualizadas e incoerentes; (III) apreensão dos comportamentos (culturais) dos falantes da LE, tendo em vista que ensina apenas aspectos estruturais da língua. Assim, alguns aspectos do aplicativo que não correspondem à abordagem-metodológica do audiolingualismo aproximam-no da gramática-tradução e vice-versa.

Ambas as perspectivas teórico-metodológicas são preponderantes em décadas passadas na história do ensino de línguas, entretanto, não consideramos que no Duolingo haja uma mera transposição de métodos e abordagens tradicionais em uma Tecnologia Digital de Informação e Comunicação (TDIC). Elucidamos que essa discussão educacional é permeada pelas transformações contemporâneas da sociedade integrada às TDICs, como é o caso deste trabalho, em que estudamos o ensino de línguas com a aprendizagem móvel. Nesse sentido, os papéis educacionais também são distintos, já que no Duolingo a figura do professor inexistente, proporcionando uma desestruturação do processo educacional. Essa análise corrobora com a ideia de que não é apenas uma **transportação de práticas antigas em uma tecnologia atual.**

SATAKA, Mayara Mayumi.; ROZENFELD, Cibele Cecílio de Faria. As abordagens-metodológicas de ensino de língua estrangeira no aplicativo Duolingo. *Delta: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 37, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-460X202147855>>. Acesso em: 23 mai. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 35

O texto contém parte das considerações finais alcançadas em uma pesquisa de natureza qualitativa que tomou como objeto de estudo o aplicativo Duolingo, uma plataforma disponibilizada gratuitamente para a aprendizagem de Línguas Estrangeiras (LE). Ao analisar as duas abordagens metodológicas predominantes no aplicativo, as autoras concluíram que se trata de antigas perspectivas teórico-metodológicas

- (A) de complexo uso nos celulares.
- (B) sem vínculo com o cotidiano das pessoas.
- (C) em uma nova proposta de aprendizagem.
- (D) para a incorporação do docente às tecnologias.

QUESTÃO 36

Em relação à gramática-tradução e ao audiolingualismo é exposto que, no Duolingo, os seus princípios e perspectivas

- (A) tiveram que ser aprimorados para o seu uso em uma TDIC.
- (B) mantiveram-se na íntegra, apoiados no auxílio do celular.
- (C) conduziram à revalorização do ensino tradicional.
- (D) foram afetados devido à ausência do professor.

QUESTÃO 37

Leia o texto a seguir.

Translenguaje: derribando barreras en el aula de lenguas extranjeras

Es normal que, cuando los docentes utilizan la L1 en el aula, sientan culpa, nervios y vergüenza. Este sentimiento recurrente entre los docentes de lengua extranjera puede llevarlos ocasionalmente a pensar que su dominio del idioma es insuficiente y que sus decisiones en el aula son erradas. Una pedagogía descolonial que realza las prácticas de enseñanza de los profesores de lenguas extranjeras se denomina translenguaje, permitiéndose usar más de un idioma simultáneamente. Esta pedagogía se refiere al uso de todo el repertorio lingüístico de los estudiantes para acompañar el aprendizaje de una lengua. Al tomar como punto de partida una perspectiva interna, la del individuo que aprende, el translenguaje resiste tendencias hegemónicas que intentan mantener a las lenguas separadas y desafía la creencia de que algunas lenguas son superiores a otras. Desde esta perspectiva, se valoriza lo que el aprendiz trae consigo y se entiende que el nuevo recurso lingüístico que está aprendiendo se suma a la totalidad.

DI VIRGILIO, Andrea. Translenguaje: derribando barreras en el aula de lenguas extranjeras. Revista Digital de Políticas Lingüísticas, año 13, v. 13, nov. 2020. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RDPL/article/view/31529>>. Acesso em: 24 mai. 2024. [Adaptado].

No texto, a autora assinala uma mudança de paradigma na pedagogia: considerar as línguas, não como entidades separadas, mas, sim, construções e práticas sociais que pertencem a todo o repertório linguístico dos falantes. Dentro desse novo paradigma, o termo “translenguaje” faz referência

- (A) aos procedimentos para que os docentes superem a insegurança decorrente da sua insuficiência na língua estrangeira que ensinam.
- (B) ao processo pelo qual docentes e estudantes utilizam todo o seu repertório linguístico para construir uma comunicação integrada.
- (C) à mudança nas políticas linguísticas e nos desenhos curriculares com vistas a tornar viáveis as sociedades monolíngues.
- (D) às metodologias tendentes à criação de novos códigos para a comunicação não verbal a partir do multilinguismo.

Leia o Texto 3 para responder às questões 38 e 39.

Texto 3

Dialectología hispánica de los Estados Unidos

¿Pero es posible una dialectología hispánica en un territorio donde el español no es lengua oficial? ¿Cómo pueden existir dialectos del español en un país que habla inglés y que ha llevado a la lengua inglesa a unas cotas de universalidad jamás alcanzada por ninguna otra lengua? Pues, por extrañas que parezcan las condiciones, tal cosa es posible. Para centrar los conceptos fundamentales, aclaremos que, al hablar de “dialectología”, nos referimos tanto al tratado de los dialectos como a su disposición y caracterización en un territorio determinado y, al hablar de “dialectos”, nos referimos a las manifestaciones que una lengua natural adopta en un territorio determinado. La lengua española reúne en los Estados Unidos las condiciones necesarias para ofrecer una dialectología, condiciones que podrían resumirse de este modo: a) existencia de una comunidad estable de hablantes; b) asociación de conjuntos de rasgos lingüísticos a determinados ámbitos geográficos; c) presencia pública y social de la lengua; d) configuración de unas actitudes lingüísticas propias de la comunidad. Siendo así, las circunstancias de uso del español en los Estados Unidos tendrían puntos en común con las del resto de los territorios hispanohablantes. Sin embargo, hay un factor que confiere personalidad propia a la situación estadounidense, un factor que determina y supedita las condiciones en que el español se manifiesta: la convivencia con la lengua inglesa. El inglés condiciona el perfil de las comunidades en que se utiliza el español, injiere en sus rasgos lingüísticos, afecta a su presencia pública y tercia sobre las actitudes lingüísticas de los hispanohablantes. En realidad, no es posible hacer una dialectología hispánica de ese país omitiendo la presencia social y lingüística del inglés.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. Dialectología hispánica de los Estados Unidos. In: LÓPEZ MORALES, Humberto (Org.). Enciclopedia del español en los Estados Unidos: anuario del Instituto Cervantes. Madrid: Instituto Cervantes-Santillana, 2008. p. 200-221. Disponível em: <https://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_08/pdf/espanol02.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2024.

QUESTÃO 38

O sociolinguista Francisco Moreno, na introdução do seu verbete sobre a "Dialectología hispánica de los Estados Unidos", especifica a noção de "dialeto" a que recorre. Ele entende que um "dialeto" é a

- (A) expressão em código dos grupos de jovens estadunidenses.
- (B) variedade de um idioma que não alcança a categoria social de língua.
- (C) realização específica e distinta de uma língua em um espaço geográfico.
- (D) linguagem especial e não formal que usam entre si os indivíduos de uma determinada profissão.

QUESTÃO 39

O futuro da língua espanhola nos Estados Unidos estará intimamente ligado às condições sociais em que se desenvolvam os seus falantes. Essas condições junto ao convívio com a língua inglesa acabarão determinando

- (A) os espaços sociais em que se usa o espanhol.
- (B) as políticas favoráveis à diglossia.
- (C) o prestígio social do portunhol.
- (D) a estabilidade das migrações.

Leia o Texto 4 para responder às questões 40 e 41.

Texto 4**Livro notável prova que a língua portuguesa nasceu do galego**

Assim Nasceu uma Língua, longo ensaio histórico sobre as origens de nosso idioma que o linguista português Fernando Venâncio lançou em 2019, está saindo finalmente no Brasil. Fornece munição valiosa aos falantes brasileiros que se sentem inferiorizados diante deste argumento brandido por portugueses xenófobos: "A língua não é de vocês, é nossa, pois a criamos". Não, não criaram. Quando nasceu, ela se chamava galego, idioma falado na região espanhola da Galiza.

Esse nascimento, garante Venâncio, não se deu no século 12, quando surgiu o reino de Portugal, mas cerca de seis séculos antes, na região que os romanos tinham batizado de Galécia (Gallaecia), correspondente às atuais porções norte de Portugal, acima do rio Douro, e noroeste da Espanha. Preservada da invasão árabe que por séculos dominou a Península Ibérica, foi dela que, na chamada Reconquista, partiu a onda destinada a repovoar de linguagem as terras do sul, Lisboa obviamente incluída. Ali se falava àquela altura um moçárabe com poucos vestígios românicos.

O que *Assim Nasceu uma Língua* traz de novo ao debate é a solidez de um painel histórico montado com base na datação de palavras, incontáveis palavras, e nos padrões que desse modo podem ser discernidos em seus conjuntos. Etimologia posta a serviço da história social.

O galego se tornou um estorvo para o país vizinho: como conceber um idioma que, sendo já igual ao português, existisse antes de Portugal? Escreve Venâncio: "É um facto: os portugueses continuam a imaginar a história anterior a eles como se o mundo tivesse vivido na expectativa de que um Portugal surgisse, como se o aparecimento de um Portugal viesse duma necessidade intrínseca à história mundial". Séculos mais tarde, gramáticos lusos incomodados com esse desencaixe histórico tentariam resolver o problema criando o conceito do galego-português, língua arcaica da qual teriam brotado duas. O truque convence muita gente até hoje, mas *Assim Nasceu uma Língua* denuncia seu anacronismo, "no próprio momento em que se inicia a sua escrita, a língua que Portugal herdou da Galiza apresenta-se gramaticalmente consolidada, coerente, funcionando em pleno".

RODRIGUES, Sérgio. Livro notável prova que a língua portuguesa nasceu do galego. Folha de S. Paulo, São Paulo, 4 maio 2024 Ilustríssima. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2024/05/livro-notavel-prova-que-lingua-portuguesa-nasceu-do-galego.shtml>>. Acesso em: 24 mai. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 40

A resenha de Sérgio Rodrigues do ensaio *Assim Nasceu uma Língua* mostra a concordância do autor da matéria com o conteúdo e as perspectivas da obra que apresenta. Esse jornalista menciona uma repovoação acontecida na área de Lisboa em particular e, em geral, no sul de Portugal e aponta que as falas lá usadas, antes dessa repovoação,

- (A) surgiram do idioma galego.
- (B) influenciavam a língua árabe.
- (C) concorriam com os registros moçárabes.
- (D) mantinham poucos elementos românicos.

QUESTÃO 41

No último parágrafo da resenha, assinala-se que a gênese do conceito “galego-português” esteve motivada

- (A) nas demandas para poder dispor de uma gramática consensual.
- (B) no projeto de assimilação da Galiza por parte de Portugal.
- (C) nos estudos focados no desenvolvimento da etimologia.
- (D) na conveniência do embasamento em uma protolíngua.

QUESTÃO 42

Leia o texto a seguir.

Educación bilingüe de frontera y políticas lingüísticas en Uruguay

Las razones y motivaciones para la introducción del portugués en la educación fronteriza deben distinguirse de otro tipo de justificaciones vinculadas a la integración regional y los compromisos asumidos en el marco del MERCOSUR Educativo. Sin perjuicio de su importancia, estas últimas se refieren al portugués como lengua oficial de Brasil y en ese sentido, se oponen a la justificación para la educación bilingüe de frontera, cuyo centro definitorio es la inclusión del portugués en tanto lengua del Uruguay.

BROVETTO, Claudia. Educación bilingüe de frontera y políticas lingüísticas en Uruguay. Pro-Posições, v. 21, n. 3, p. 25-43, set. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072010000300003>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

O Uruguai não é uma sociedade linguisticamente homogênea falante de espanhol. A respeito, o texto faz parte das conclusões de um artigo sobre a questão da língua em uma ampla zona do nordeste desse país. Nesse parágrafo, salienta-se que a justificativa do ensino do português no Uruguai deve-se fundamentar

- (A) nas relações bilaterais com o Brasil.
- (B) na geopolítica assumida pelo Mercosul.
- (C) no caráter de língua nacional uruguaia do português.
- (D) nos interesses comerciais da fronteira brasileiro-uruguaia.

QUESTÃO 43

Leia o texto a seguir.

**Diversidad lingüístico-cultural e interculturalismo en la escuela andaluza:
Un análisis de políticas educativas**

Ello es así también en el caso de Andalucía, de España, en lo relativo a esta cuestión: redactados de leyes, políticas y planes recogen unas definiciones de “Educación Intercultural” acordes con la idea de un intercambio igualitario entre los distintos grupos implicados que no segrega, pero no llegan a implementarse como tal. Y el profesorado lleva tiempo demandando mayores recursos y formación para atender de manera adecuada la realidad a la que se enfrenta todos los días. Los objetivos propuestos por las instancias gubernamentales del contexto estudiado son bastante ambiciosos, loables si se quiere, justos si tomamos conciencia de la composición actual de población. Pero, como se ha mostrado a lo largo del texto, no basta con la formulación teórica de unos objetivos si la traducción práctica de los mismos apunta justamente en dirección contraria; o si no se consideran de manera adecuada las demandas de quienes, en definitiva, están atendiendo en la escuela día a día estas diversidades. Es necesario por ello impulsar proyectos educativos verdaderamente plurilingües – asentados en un conocimiento efectivo de la diversidad en términos lingüísticos, pero que no olvide las otras dimensiones de la misma – que den respuesta a los contextos concretos en los que se aplican y a las heterogeneidades específicas que estos albergan.

OLMOS ALCARAZ, Antonia. Diversidad lingüístico-cultural e interculturalismo en la escuela andaluza: un análisis de políticas educativas. RELIEVE - Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa, v. 22, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.7203/relieve.22.2.6832>>. Acesso em: 26 mai. 2024.

O parágrafo faz parte de um artigo que mostra a diversidade linguística dos estudantes na escola andaluza, produto dos movimentos migratórios internacionais. No parágrafo, ao se comentar a legislação e as políticas da Educação Intercultural frisa-se que elas

- (A) contribuem para o enfrentamento de formulações ambíguas.
- (B) segregam o alunado a partir da sua heterogeneidade.
- (C) partem da experiência dos docentes na sala de aula.
- (D) precisam promover de fato o plurilinguismo.

Leia o Texto 5 para responder às questões 44 e 45.

Texto 5

Contribuições da Sociolinguística Educacional para o processo de ensino-aprendizagem e ampliação da competência comunicativa de alunos do Ensino Médio

Para trabalhar na perspectiva da Sociolinguística Educacional, é necessário partir do pressuposto de que a língua é viva e mutável, podendo assim variar de acordo com a idade, grau de escolarização, o meio em que o falante está inserido ou situação. Assim se estabelece a importância de tomar a variação linguística como princípio do desenvolvimento dessas atividades, a fim de que nelas se perceba a preocupação em orientar o aluno a refletir, identificar, conscientizar, respeitar as diferentes formas em que a língua se realiza, considerando, desse modo, as três possibilidades de uso da linguagem: regional, social e situacional.

EFFGEN DE AGUIAR, André; MARTINS BARBOSA, Samanta. Contribuições da Sociolinguística Educacional para o processo de ensino-aprendizagem e ampliação da competência comunicativa de alunos do Ensino Médio. PERcursos Linguísticos, [S. l.], v. 11, n. 28, p. 64–87, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/35143>>. Acesso em: 26 mai. 2024.

QUESTÃO 44

O trecho faz parte de um artigo em que os autores partiram de dois questionamentos em relação ao ensino de língua materna: Por que os alunos se sentem estrangeiros à própria língua? E por que os diferentes falares são ignorados na escola? Para respondê-las, consideraram que a variação linguística mostra a

- (A) desvalorização dos padrões.
- (B) heterogeneidade social.
- (C) estrutura gramatical.
- (D) base da filologia.

QUESTÃO 45

No final do parágrafo, são indicadas três possibilidades de uso da linguagem. Isso se refere, no relativo à possibilidade regional, a que as variações recebem a influência

- (A) do local onde os falantes vivem.
- (B) da espontaneidade no uso da fala.
- (C) dos hábitos nos sistemas de ensino.
- (D) das gírias de diferentes grupos raciais.

Leia o Texto 6 para responder às questões 46 e 47.

Texto 6

La función de la literatura en el mundo globalizado

Es en la razón poética donde reside la función de la literatura. Es la razón poética la que llevará al texto literario una auténtica “globalización”, ya que describe el acontecimiento y humaniza la vida, puesto que la vida no es una mercancía. La razón poética no niega a la razón, no es irracional, explica la vida para delinear la dimensión planetaria del hombre, cuya ética-estética dignifica lo humano. Es la razón poética la que propone una ética crítico-creativa del arte que sea el refugio de la memoria. Es la “Metáfora que piensa”, diría Milán Kundera. Cabe aquí anticipar que en la metáfora existe el enigma. Por añadidura, el acto poético hace visible lo invisible, es eso que permanece, lo importante y significativo de la literatura. El término enigma tiene su origen en el latín, aenigma, lo cual se esboza como eso que se deja entrever. En consecuencia, es el enigma el principio de la razón poética. Se podría aseverar, con palabras de Heidegger, que en la obra artística la existencia refiere al objeto literario y en esa existencia se manifiesta la esencia, por lo tanto, lo humano del existenciario. La esencia, además, es la verdad que permanece en el texto.

GONZÁLEZ FLORES, José Reyes. La función de la literatura en el mundo globalizado. Sincronía, Universidad de Guadalajara, n. 69, p. 282-303, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5138/513852378022/html/>>. Acesso em: 26 mai. 2024.

QUESTÃO 46

O fragmento faz parte de um artigo em que o pesquisador defende que a razão poética conduz à revelação e a proteger a literatura dos mercados globais desumanizantes. Ele entende que a razão poética é

- (A) preconceituosa.
- (B) humanista.
- (C) ambígua.
- (D) amoral.

QUESTÃO 47

Ao associar a razão poética com o enigma, o autor pretende destacar que a literatura

- (A) carece de lógica.
- (B) revela a essência.
- (C) distorce a realidade.
- (D) evidencia o ininteligível.

QUESTÃO 48

Leia o texto a seguir.

O trabalho com o gênero dissertação escolar no ensino médio da educação básica brasileira: construções e possibilidades

A dissertação escolar se situa no grupo dos gêneros secundários, considerando a complexidade de sua constituição. Um dado relevante que aponta para essa definição é o fato de os candidatos que realizam as provas do ENEM obterem médias consideradas baixas na prova de Redação. Diante desse fato, os professores precisam adotar referenciais diversos para trabalhar o gênero com os estudantes. As categorias da metafunção textual podem ser utilizadas como recurso linguístico que promove novas reflexões acerca da constituição do tópico frasal, no qual podemos identificar a ocorrência de tema e rema.

SÁ, Cícera Alves Agostinho de. O trabalho com o gênero dissertação escolar no ensino médio da educação básica brasileira: construções e possibilidades. In: BRUNEL MATIAS, Richard (Org.). Gêneros textuais/discursivos y enseñanza/aprendizaje de lenguas en múltiples contextos. X SIGET - Simposio Internacional de Estudios sobre Gêneros Textuales: géneros textuales/discursivos, prácticas de lenguaje y voces del sur en diálogo. Córdoba : FI copias, 2020. Disponível em: <<https://rdu.unc.edu.ar/bitstream/handle/11086/16803/X-SIGET%20-%20003.pdf?sequence=6&isAllowed=y>>. Acesso em: 26 mai. 2024.

O texto é o início das considerações finais de uma pesquisa que objetivou analisar os recursos adotados na construção do tópico frasal de textos do gênero dissertação escolar. A autora, ao aplicar as categorias da metafunção textual para refletir acerca da constituição do tópico frasal,

- (A) mostra a irrelevância da estrutura temática para a análise.
- (B) defende uma análise que prescinde do contexto.
- (C) compreende a oração como mensagem.
- (D) desconsidera a presença do rema.

Leia o Texto 7 para responder às questões 49 e 50.

Texto 7**Gêneros Textuales y Producción**

Según Marcuschi en una Conferencia realizada en la Academia Pernambucana de Letras, “é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto”. Pero, ¿qué es un texto? De acuerdo con Beaugrande, el texto “é un evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais”. Para Gerd Antos, “os textos são linguística, conceptual e perceptualmente formas de cognição social” y su papel, en la evolución del conocimiento, “é o de constituir-se em ponto de partida e de chegada para a ancoragem da Linguística Textual no quadro de una teoria da evolução cultural”.

Delante de esas concepciones de textos es posible concluir que es a través de los textos que es establecida la comunicación humana; ellos representan cognitivamente el conocimiento que se vehicula en la sociedad en la que los interactantes están insertados. Sin embargo, es preciso considerar que el alumno de lengua extranjera debe tener la oportunidad de conocer y producir textos de diversos géneros. Por ello, al considerar la existencia de los géneros textuales, se observa la importancia de que el profesor sea capaz de elaborar estrategias comunicativas que posibiliten la circulación de esos géneros en el ámbito del aula. Hay que señalar, que la circulación de esos géneros no es suficiente; es necesario que se realicen producciones textuales a partir del estudio de determinado género. Bronckart afirma que “a apropiación dos gêneros textuais é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades humanas”. Al observar esa afirmación, se entiende que es a través de la manipulación de diversos textos que el alumno de ELE estará preparado para expresarse en la lengua escrita en diferentes situaciones discursivas.

SILVA, Flávia Conceição Ferreira da. Gêneros Textuales en las clases de Español como Lengua Extranjera. In: CONGRESO BRASILENO DE HISPANISTAS, 2., 2002, São Paulo. Proceedings online... Associação Brasileira de Hispanistas. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000012002000100026&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 26 mai. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 49

O item compõe a apresentação de um projeto que visou a promover o trabalho de diferentes gêneros na sala de aula de espanhol. A autora mostra que

- (A) primou o desenvolvimento da língua oral.
- (B) adotou uma perspectiva sociointeracionista da linguagem.
- (C) considerou a tradução a via para projetar na aula o componente afetivo.
- (D) marcou uma nítida barreira entre a compreensão da escrita e a produção textual.

QUESTÃO 50

No final do segundo parágrafo, a autora faz uma recomendação. Ela indica que, além de conhecer os gêneros, é preciso

- (A) renovar as atividades linguísticas.
- (B) reconhecer a teoria cognitivista.
- (C) aprofundar nas teorizações.
- (D) produzir textos.

Leia o Texto 8 para responder às questões **51** e **52**.

Texto 8**La competencia digital en la formación del profesorado**

El desarrollo de la competencia digital en la enseñanza obligatoria es clave para que los jóvenes puedan incorporarse a la vida adulta de manera satisfactoria y sean capaces de desarrollar un aprendizaje permanente a lo largo de la vida. Así que, es natural que el profesor también desarrolle su competencia digital porque es él el que tiene la labor de enseñar y/o ayudar a los estudiantes. Sabemos que las tecnologías avanzan, poseen múltiples aplicaciones, cambian constantemente, se innovan a menudo y muchas veces lo que aprendemos sobre las tecnologías en las universidades ya está obsoleto en el mundo del trabajo. Las tecnologías no necesitan estar en el centro de las prácticas docentes ni tampoco ser el único objetivo, pero, en el caso específico de Brasil, la BNCC/2017 (posee objetivos semejantes a lo propuesto en el Marco Europeo para la Competencia Digital de los Educadores - DigCompEdu en relación a los usos de las tecnologías) obliga a los profesores no sólo a usarlas, sino también a enseñar a sus alumnos a emplearlas en las distintas áreas del aprendizaje, a utilizar los distintos lenguajes digitales, a solucionar problemas y a crear soluciones tecnológicas como ciudadanos críticos y como productores de contenidos, entre otros usos.

LOPES LEAL, Vânia Aparecida; LORENZO BERGILLOS, Francisco J. La competencia digital de profesores en formación inicial de lengua española y la BNCC. *LinguaTec*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 125-144, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/5855>>. Acesso em: 26 mai. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 51

A aquisição da competência digital durante o ensino obrigatório é indicada, no parágrafo, como uma necessidade para, posteriormente, a adequada inserção do egresso na vida adulta. Para que isso aconteça, Lopes Leal e Lorenzo Bergillos consideram que é normal que os docentes

- (A) contribuam com tecnologias à difusão da base curricular.
- (B) demandem a digitalização das metodologias de ensino.
- (C) criem múltiplas aplicações digitais na sala de aula.
- (D) mantenham atualizada a sua competência digital.

QUESTÃO 52

Na interpretação dos autores do texto, a Base Nacional Comum Curricular de 2017 (BNCC/2017) possui

- (A) um caráter impositivo que prejudica a autonomia docente.
- (B) uns traços que deveriam ter sido discutidos com a comunidade escolar.
- (C) um papel central para o encaminhamento do aluno à internacionalização.
- (D) uns objetivos afins aos do Quadro Europeu de Competência Digital para Educadores.

Leia o Texto 9 para responder às questões **53** e **54**.

Texto 9**Tecnología para la enseñanza y el aprendizaje de lenguas extranjeras: revisión de la literatura**

Tras la revisión presentada en este artículo caben tres certezas. En primer lugar: la inversión en innovación tecnológica es tan alta que el ritmo de su evolución desborda recurrentemente nuestra capacidad para mantenernos informados sobre los avances en tecnología. Sin embargo, por un lado, todo hace prever que surgirán líneas de desarrollo que generen interesantes oportunidades para el aprendizaje de lenguas y estos han de ser contemplados para su inclusión en nuestra práctica educativa; al mismo tiempo, por otro lado, existe un riesgo evidente de mercantilización de la Educación de la mano de la tecnología, que solo podremos solventar con información y pensamiento crítico.

En segundo lugar, la imagen de excelencia y de capacidad de transformación con la cual se diseña y comercializa la tecnología traslada a los centros y al profesorado (de cualquier especialidad, también al profesorado de lenguas) una importante presión social para que se utilice la tecnología en el aula, esté esta justificada o no. En cierto sentido, esto ha generado que, no usar algún tipo de tecnología en el aula sea impensable para un docente de lenguas del siglo veintiuno. Así pues, finalmente, necesitamos hoy más que nunca buen criterio ante la amplia, creciente oferta tecnológica en relación con la enseñanza y aprendizaje de lenguas. Si tenemos argumentos para pensar que la tecnología nos permitirá crear experiencias memorables que generen un aprendizaje valioso, el esfuerzo (es decir, la inversión social y personal que esto implica) tendrá sentido. Nuestra conclusión, por tanto, es: tecnología sí, pero con criterio pedagógico y fundamento científico.

TRUJILLO SÁEZ, Fernando; SALVADORES MERINO, Carlos; GABARRÓN PÉREZ, Ángel. Tecnología para la enseñanza y el aprendizaje de lenguas extranjeras: revisión de la literatura. *RIED - Revista Iberoamericana de Educación a Distancia*, Asociación Iberoamericana de Educación Superior a Distancia, v. 22, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3314/331459398008/331459398008.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 53

De uma perspectiva diacrônica e crítica, os autores analisaram a relação entre tecnologia, ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. O texto acima é parte das conclusões dessa análise. Eles observaram que as práticas educativas terão que

- (A) enfrentar o risco da mercantilização que envolve as tecnologias.
- (B) revisar as três certezas derivadas do investimento em inovação tecnológica.
- (C) contemplar a exclusão das orientações imprecisas na aprendizagem tecnológica.
- (D) aplicar o pensamento crítico para saber como diminuir o investimento em tecnologia.

QUESTÃO 54

No segundo parágrafo do excerto, os autores enunciam que não cabe o ensino e a aprendizagem de línguas no séc. XXI sem o auxílio de algum tipo de tecnologia. No entanto, eles entendem que a tecnologia deve ser aplicada em conformidade com

- (A) o grau da pressão social.
- (B) os critérios pedagógicos.
- (C) a especialidade do centro educativo.
- (D) as justificativas aduzidas pelo professorado.

QUESTÃO 55

Leia o texto a seguir.

A formação do leitor no âmbito da educação profissional e tecnológica: desafios e possibilidades

Compreende-se, portanto, que para atender as demandas da formação do leitor crítico e autônomo no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, são necessárias, em maior grau, ações pedagógicas que contemplem as variedades de formas de registo e usos sociais de língua oral, escrita, imagética, valorizada e não valorizadas, de modo que atendam às demandas e complexidades que compõem a sociedade, como também preparem os sujeitos para uma sociedade cada vez mais digital, com sujeitos cada vez mais autônomos e criativos; afinal, a sociedade contemporânea é caracterizada por uma multiplicidade de culturas e de textos multissemióticos (impresos ou digitais) que se constituem por meio de uma multiplicidade de linguagens com diferentes significados.

OLIVEIRA, Maria Cristina Rodrigues. A formação do leitor no âmbito da educação profissional e tecnológica: desafios e possibilidades, 2021, 142 f. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2021. Disponível em: <<http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1466>>. Acesso em: 26 mai. 2024.

Em uma dissertação de mestrado, Maria Cristina Rodrigues Oliveira, tomando como espaço empírico o Curso Técnico em Informática, abordou o processo de formação leitora de estudantes da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Territorial do Piemonte da Diamantina, situado na cidade de Jacobina-BA. No excerto, a pesquisadora enuncia que devem ser

- (A) priorizados textos de diferentes gêneros e suportes.
- (B) repensadas as mediações perante os bens culturais.
- (C) organizadas análises literárias dos registros formais.
- (D) problematizados os efeitos das tecnologias digitais.

Leia o Texto 10 para responder às questões 56 e 57.

Texto 10**Formação do leitor na EPT**

A formação do Clube de Leituras, que se reúne, de forma remota, uma vez por semana para conversar sobre os sentidos encontrados nos textos literários compartilhados, e fruto das indicações dos próprios participantes, mostrou-se uma maneira produtiva e afinada de aproximar jovens e literatura no contexto escolar, sugerindo ser este o caminho a ser trilhado rumo à formação de leitores, qual seja: aquele em que a escola concede atenção, respeito e espaço para as obras, autores e temáticas do universo de interesse dos alunos. Abdicar em algum momento da imposição de títulos, muitas vezes orientados pelo foco no estudo de gêneros e de traços distintivos das escolas literárias pode, de forma assertiva, promover um melhor aproveitamento do ensino de literatura. A estratégia de abordar o trato com a literatura partindo dos interesses dos estudantes colabora com o que há de mais fundamental na formação de um leitor: a construção do hábito. O exercício regular de qualquer tipo de atividade adquire potência na construção de uma memória proposicional. Isso se dá também no que se refere à leitura. Mesmo considerando a realidade dos sujeitos que não costumam vivenciar experiências de leitura no seio familiar – como primeira instância na produção de valores culturais –, outras instâncias também podem exercer esse papel de produção de valores culturais socializadores, é o caso da escola e da mídia.

LINS, Laikui Cardoso; PINTO, João Rodrigues. Formação do leitor na EPT: um relato de experiência. Revista Labor, [S. l.], v. 1, n. 24, p. 149-174, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/labor/article/view/60229>>. Acesso em: 26 mai. 2024.

QUESTÃO 56

Laikui C. Lins e João R. Pinto, com vistas à formação integral, apresentaram uma experiência que objetivou construir práticas de leituras em simbiose com o valor do trabalho. O Clube de Leituras mencionado no fragmento foi criado para alunos do Instituto Federal Baiano no início da pandemia do Coronavírus e, segundo é exposto no primeiro parágrafo, mostrou

- (A) o papel da escola na canonização de obras e autores.
- (B) o acerto de incluir temáticas de interesse para os alunos.
- (C) a necessidade de desvincular a literatura do contexto escolar.
- (D) a relevância do docente na consolidação de correntes literárias.

QUESTÃO 57

O hábito apontado no segundo parágrafo tem uma base sociológica e, em relação à leitura no contexto escolar, mostra a

- (A) invisibilidade da função simbólica da literatura quando se obviam os condicionamentos de classe.
- (B) importância dos processos de intervenção de instâncias exógenas ao contexto da família.
- (C) inclusão positiva da crítica ao cultivo do gosto nos processos histórico-educacionais.
- (D) incidência nas modalidades de educação dos cenários marcados pela literatura.

Leia o Texto 11 para responder às questões 58 e 59.

Texto 11**Concepções de Linguagem no Ensino de Língua**

A primeira tendência se refere ao subjetivismo individualista; para essa concepção, a função da linguagem seria a de representação do pensamento humano e do conhecimento adquirido ao longo da vida. A expressão do pensamento seria construída na mente e exteriorizada como uma espécie de tradução. Nessa perspectiva, língua e linguagem seriam a mesma coisa. Dois elementos centrais regem o subjetivismo individualista. O primeiro elemento é o sistema linguístico visto como estático, isto é, sem qualquer possibilidade de mudança. O segundo elemento envolve a capacidade psicológica do sujeito de dominar esse sistema linguístico para ser capaz de organizar os pensamentos e se comunicar. Assim, cria-se uma ilusão da existência de uma só língua, e qualquer transgressão a esse sistema linguístico é visto como errado. Não há qualquer interferência social, histórica ou cultural para com a língua. Como seria, então, o ensino de Português no Brasil a partir dessa concepção?

Antes de 1950, as escolas brasileiras asseguravam o acesso à escolarização apenas para as camadas privilegiadas da população. Os alunos dessas camadas dominavam razoavelmente a norma culta, o que, em tese, poderia favorecer, naquela época, um ensino-aprendizagem de português que buscasse (re)conhecer normas e regras de funcionamento do dialeto de que faziam uso. O estudo das regras das estruturas linguísticas imbrica no que é considerado falar e escrever bem, reforçando o que os estudos linguísticos tradicionais chamam de gramática normativa ou tradicional. Desse modo, a língua é vista como um elemento de expressão do pensamento, subordinando a expressão linguística à organização do pensamento. Para essa concepção, se o indivíduo não se expressa bem, ele não organizou o pensamento de maneira lógica.

PRADO, Arthur Angelo de Oliveira. Concepções de língua(gem) e de ensino de língua portuguesa na perspectiva do aluno, 2019, 149 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2019. Bibliografia: f. 97-99. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-BB5Q8A>>. Acesso em: 26 mai. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 58

Em uma dissertação, Arthur A. de O. Prado observou as concepções de linguagem e de ensino de língua portuguesa na perspectiva dos alunos da educação básica. Para os fins, previamente investigou as concepções de linguagem que têm norteado as aulas de português. No excerto, refere-se à concepção que parte do subjetivismo individualista e salienta que essa concepção se

- (A) centra em leis individuais e psicológicas.
- (B) opõe a entender a língua como um construto.
- (C) vincula à instabilidade pelas influências externas.
- (D) resume em uma criação inconsciente da linguagem.

QUESTÃO 59

No segundo parágrafo, o pesquisador refere-se a como acontecia o estudo das regras das estruturas linguísticas nas escolas brasileiras até meados do século passado. Ele considera que a aplicação de um ensino guiado pela concepção de língua como sistema se justificava porque se tinha

- (A) configurado uma escola para alunos já familiarizados com os padrões que a escola valorizava.
- (B) relativizado a gramática normativa como o meio para conseguir falar e escrever bem.
- (C) alterado o condicionamento sociopolítico que permitia a organização do pensamento.
- (D) apreciado o impacto dos fatores externos na promoção da língua materna.

QUESTÃO 60

Leia o texto a seguir.

Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica

Neste trabalho refletimos sobre ambiguidades e omissões nos documentos regulatórios do Ensino Médio que caracterizam o tratamento da Educação Profissional e Tecnológica nas diversas políticas públicas da federação que fornecem parâmetros importantes à discussão desenvolvida. Propomos alguns princípios que, uma vez observados, poderiam nortear o trabalho com as práticas de letramento desenvolvidas na EPT, para começar a atender às expectativas, necessidades de participação social e política dos estudantes. Concluímos que, enquanto os trabalhadores em formação ou outros possíveis alunos egressos da EPT continuarem chegando ao mundo do trabalho sem que a escola tenha dado respostas mais concretas às suas demandas de letramentos, esta continuará sendo reprodutora de desigualdades sociais, pois não garante aos educandos o direito aos letramentos como condição de acesso e permanência no mundo do trabalho e de inclusão social.

KLEIMAN, Angela Bustos; SANTOS MARQUES, Ivoneide Bezerra de Araújo. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 2, n. 15, p. e7514, 2018. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514>>. Acesso em: 26 mai. 2024. [Adaptado].

O texto faz parte do resumo de um artigo em que se discutiram aspectos que envolvem o trabalho com as tecnologias digitais no processo educacional de alunos vinculados ao Ensino Médio Integrado no contexto específico da Educação de Jovens e adultos no PROEJA. As autoras, ao apresentarem as conclusões, emitem o parecer de que a falta de resposta às demandas de letramentos está relacionada a

- (A) expectativas infundadas a respeito da participação social dos discentes.
- (B) falhas nos documentos regulatórios do Ensino Médio.
- (C) princípios equivocados na inclusão social.
- (D) ausências nas práticas na EPT.

RASCUNHO